Ata da 04ª Reunião Ordinária do 2º Ano Legislativo, da 19ª Legislatura da Câmara Municipal de São Bento do Sul, realizada ao décimo sétimo dia do mês de fevereiro, do ano de dois mil e vinte e dois, às dezenove horas, em São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, nas dependências da Câmara Municipal, situada à Rua Vigando Kock, nº 69. Presentes a totalidade dos senhores vereadores. Reuniu-se na Câmara Municipal, em sessão ordinária, sob a Presidência da Vereadora Carla Odete Hofmann. Havendo quorum legal, em nome do Povo de São Bento do Sul foi aberta a sessão. A sra. Presidente informou a nova composição da Câmara de Vereadores com o sr. vereador Jairson Sabino. Solicitou também para que a sra. vereadora Zuleica M. de Souza Voltolini lhe auxiliasse na Mesa Diretora, como Secretária Ad hoc e avisou que no prazo de 15 dias haverá a votação para o cargo de 1º Secretário, diante da saída do sr. Luiz Neri Pereira. **ATA**. Não houve aprovação de Ata. **EXPEDIENTE**: As matérias recebidas, correspondências recebidas e correspondências expedidas constam na pauta que é parte integrante da presente ata. **ORDEM DO DIA**: Dentro da ordem do dia, a sra. presidente encaminhou para as comissões técnicas a moção 023/2022 do Legislativo Municipal. A sra. presidente informou ao sr. vereador Jairson Sabino que este irá compor as Comissões Finanças, Contas e Orçamento como membro e que será relator na Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Turismo. A sra. presidente colocou em 1ª discussão e 1ª votação a Proposta de Emenda a Lei Orgânica Municipal nº 001/2022 – Autores: Terezinha Maria Dybas, Adriano Reinhardt, Angelo Ronei Peschiski, Carla Odete Hofmann, Darlan Andre Guliani, Hélio Alves, Luiz Lindecir Pesenti, Luiz Neri Pereira, Paulo Zwiefka e Zuleica Maria Sousa Voltolini – Fica modificada a Lei Orgânica Municipal. Com a palavra a sra. vereadora Terezinha M. Dybas. Comentou que a proposta visa alterar a Lei Orgânica, onde as férias do Prefeito passará a ser conforme as dos Servidores Públicos, com a possibilidade de retirá-las em períodos de 10 dias, no mínimo. Destacou que comissão já analisou e que não houve obste nenhum e que a proposta foi assinada por todos vereadores que estavam em seus cargos na Câmara na época de sua propositura. Não havendo mais manifestações a sra. presidente, conforme os arts. 331, 332 e 333 do Regimento Interno, colocou em 1ª votação, a referida Proposta de Emenda a Lei Orgânica, de forma nominal, sendo a mesma aprovada por unanimidade, e aguardando a 2ª Discussão e 2ª Votação . A sra. presidente colocou em discussão única a Moção nº 22 de 2022 – Autora: Carla Odete Hofmann – Moção de Apelo ao Senhor Darci de Matos, Deputado Federal pela aprovação do Projeto de Lei nº 4491/2021. Expôs a autora que apela pela aprovação de lei, que já passou pelo Senado e que agora foi encaminhada a Câmara de Deputados, que visa que em ações que necessitem de pericias e o INSS atua como parte,o pagamento seja suportado pelo próprio INSS. Relatou discordar que o beneficiário tenha que arcar com os valores periciais no momento em que busca um auxílio, diante da impossibilidade de trabalho. Solicitou pela aprovação dos nobres colegas. Não havendo mais manifestações a sra. presidente colocou em votação a referida Moção, e a mesma sendo aprovada por unanimidade. A sra. presidente colocou em discussão única o Requerimento nº 43 de

2022 – Autores: Adriano Reinhardt, Zuleica Maria Sousa Voltolini – Solicitando a convocação da Senhora Carmem Regina Binotto, Secretária Municipal de Saúde para esclarecer sobre os atendimentos nas unidades de saúde do município, bem como no Hospital e Maternidade Sagrada Família. Com a palavra o autor Adriano. Solicitou pela aprovação para que assim a secretaria possa vir dar explicações sobre a pasta, da situação dos atendimentos dos postos e do contrato com o hospital. Com a palavra a sra. vereadora Terezinha M. Dybas. Reiterou o pedido de aprovação feito pelo vereador Adriano e falou que é importante a vinda dos secretários para realizarem as prestações de contas e trazerem as informações necessárias. Informou que no ano passado houve um Requerimento que não foi aprovado diante da inconformidade com o Regimento Interno, mas que o atual está de acordo. Não havendo mais manifestações a sra. presidente colocou em votação o referido requerimento, o qual foi aprovado por unanimidade. A sra. presidente colocou em discussão única o Requerimento nº 44 de 2022 – Autora: Carla Odete Hofmann – Solicitando dispensa de interstício. Com a palavra a sra. vereadora Terezinha M. Dybas. Explicou que se faz necessário a dispensa diante do mês de fevereiro conter 28 dias e os projetos de leis nº 161 e 162 versam sobre a reposição dos vencimentos dos funcionários públicos. Informou que como o dia 28 é o último dia do mês de fevereiro, o qual também é feriado bancário, diante do carnaval, e sendo assim o pagamento de ocorrer até dia 25, portanto diante do procedimento e das datas, se mostra necessário a dispensa de interstício. Não havendo mais manifestações a sra. presidente colocou em votação o referido requerimento, o qual foi aprovado por unanimidade. A sra. presidente colocou em discussão única o Requerimento de Informação nº 16 de 2022 – Autores: Zuleica Maria Sousa Voltolini e Adriano Reinhardt – Ao Executivo Municipal requerendo informações sobre as atividades desenvolvidas pela AMUNESC, bem como os valores repassados no exercício de 2021. Com a palavra a autora Zuleica. Informou que a intenção do requerimento é acompanhar os trabalhos que a AMUNESC vem realizando no município. Não havendo mais manifestações a sra. presidente colocou em votação o referido requerimento, o qual foi aprovado por unanimidade. A sra. presidente colocou em 2ª discussão o Projeto de Lei nº 153 de 2022 – Autor: Executivo Municipal – Autoriza o Poder Executivo a conceder contribuição para a Associação de Municípios do Nordeste de Santa Catarina – AMUNESC. Com a palavra a líder de governo. Antes de falar sobre o projeto, comentou que o Prefeito esteve em Florianópolis para falar sobre o "Plano 1000", onde conseguiu a aprovação de 3 projetos que totalizam a ordem de R$30 milhões de reais, que consistem na revitalização da Antonio Kaesemodel, a revitalização e finalização da Avenida dos Imigrantes e a construção da UPA. Relatou que AMUNESC vem contribuindo com o setor de planejamento na elaboração dos projetos. Destacou que o projeto da UPA foi refeito pela AMUNESC e reenviado no ano passado. Informou que às duas ruas já citadas, ambos projetos foram feitos pela mesma, e que esta ainda cuida de outros projetos. Declarou ser de grande valia a participação do município na AMUNESC, para o andamento dos próximos projetos, visto a limitações do setor de planejamento do executivo. Informou que, se o projeto for aprovado, o valor que será repassado no ano de

2022 totalizará R$ 482.782,000, que será dividido em 10 parcelas a partir do mês de março, solicitando assim pela aprovação. Com a palavra o sr. vereador Adriano Reinhardt. Perguntou sobre a busca de valores pelo prefeito em Florianópolis, onde questionou se a UPA entraria nos R$30 milhões. Solicitou um a parte a sra. vereadora Terezinha M. Dybas, que lhe foi concedido. Relatou que os três projetos foram aprovados pelo Plano 1000 e passaram pela avaliação de uma equipe do Governo do Estado. Destacou que os projetos, para serem aprovados, precisam ser de grande impacto. Releu as informações destacando que totalizam R$30 milhões os 3 projetos. Com a palavra o sr. vereador Adriano Reinhardt. Comentou que achava que o Plano 1000 não se destinava a UPA. Relembrou que houve uma revisão no projeto e que parte do dinheiro já se encontra em caixa. Perguntou se os R$ 30 milhões devem ser divididos em 3 anos. Com a palavra a sra. Terezinha M. Dybas. Explicou que no Plano 1000 não constam prazo mas apenas que os valores aprovados deverão ser utilizados nos projetos aprovados. Com a palavra o vereador Jairson Sabino. Declarou ser contrário a participação na AMUNESC, deste sua atuação na legislação passada. Justificou que em primeira oportunidade, já na legislatura passada, destacou que “ninguém aceita uma bitributação, nem a lei aceita”. Enfatizou que no seu entendimento, o contribuinte paga duas vezes pelo serviço com a participação do município na AMUNESC, visto que já paga pela estrutura da pasta de planejamento do executivo. Enfatizou que o gestor deve fazer com que a secretaria de planejamento trabalhe. Salientou que não entrou no mérito da pasta conter estrutura, profissionais e a verba necessária, pois é de conhecimento que não há, portanto, comentou que deveria ser feito investimento. Relembrou que em nenhum momento falou que a “AMUNESC não faz”. Destacou que não há como exonerar toda uma pasta e contratar apenas a AMUNESC, sendo assim, reafirmou que não concorda que o contribuinte pague duas vezes pelo mesmo serviço. Solicitou um a parte a sra. vereadora Terezinha M. Dybas. Respeitou o posicionamento do vereador Jairson, mas destacou que não há duplicidade se tem a necessidade de uma equipe maior, a qual não se tem. Enfatizou que a Secretaria de planejamento não tem capital de pessoa e de estruturas para trabalhar com todos os projetos. Comentou que haveria duplicidade, caso tivesse uma estrutura grande e ociosa, o que não acontece. Com a palavra, novamente o sr. vereador Jairson Sabino. Explicou que o termo “duplicidade” foi usado como analogia para imposto. Disse concordar com a vereadora que o Prefeito deveria investir na pasta, e assim não haveria a necessidade de pagar a AMUNESC, mantendo assim seu posicionamento contrário. Com a palavra a sra. vereadora Carla Odete Hofmann. Declarou ser favorável ao projeto e que recebeu a prestação de contas da AMUNESC referente a todos os projetos apresentados. Alegou que se não tivessem o auxílio da equipe da mesma, o município não conseguiria os recursos do Plano 1000. Enfatizou que realiza cobranças da instituição e que esteve em conversa com Secretária Executiva Simone Schramm, sobre da pendência do Plano diretor, a qual a AMUNESC também vai auxiliar na sua finalização. Com a palavra o sr. vereador Darlan André Guliani. Comentou sobre a questão do Planejamento não ter estrutura, pessoal e recursos, que significa que “alguém não fez a lição de casa” . Sobre a liberação de

valores pelo Plano 1000, disse que “vê uma lógica” na fala do sr. Jairson, mas que neste momento deve ser analisado qual é o prejuízo menor para a comunidade. Destacou que para aprovação dos projetos havia um prazo o qual o planejamento não conseguiria cumprir. Falou ser favorável ao Projeto. Não havendo mais manifestações a sra. presidente colocou em votação o referido projeto, o qual foi aprovado, com o voto contrário do sr. vereador Jairson Sabino. A sra. presidente colocou em primeira discussão o Projeto de Lei nº 159 de 2022 – Autor: Executivo Municipal – Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Compromisso para fins de desapropriação amigável de imóvel, e dá outras providências. Com a palavra a Líder de governo. Relatou que trata-se de uma desapropriação amigável do executivo com a Imobiliária Weiss, sobre a extensão da Rua Guilherme de Souza, que foi definida em uma ação de Regularização Fundiária na Comarca de São Bento do Sul. Explicou que a área só precisa ser documentada em nome do poder publico e que não há onerosidade ao Poder Público por ser amigável. Não havendo mais manifestações a sra. presidente informou que o referido projeto será levado a segunda discussão e votação na próxima sessão. A sra. presidente colocou em primeira discussão Projeto de nº 160 de 2022 – Autor: Executivo Municipal – Altera a Lei nº 3476, de 26 de fevereiro de 2015, que Institui o Programa Municipal “Porteira Aberta”. Com a palavra o sr. vereador Luiz Lindecir Pesenti. Explicou sobre a alteração na lei onde será acrescido o profissional Técnico Agrícula. Solicitou pela aprovação na próxima sessão. Não havendo mais manifestações a sra. presidente informou que o referido projeto será levado a segunda discussão e votação na próxima sessão. A sra. presidente colocou em primeira discussão o Projeto de Lei nº 161 de 2022 – Autor: Executivo Municipal – Concede revisão geral anual referente aos períodos de fevereiro/2021 a janeiro/2022 e maio/2019 a janeiro/2020. Com a palavra a Líder de Governo. Destacou que o projeto busca a reposição do índice de inflação aos servidores púbicos. Explicou que no período de fevereiro/2021 a janeiro/2022 terá a reposição na ordem de 10,6%, sendo o índice do INPC, e que 2,40% no período de maio/2019 a janeiro/2020. Relembrou que no ano anterior foi alterado a data base de maio para inicio do ano e que já foi concedido entre os períodos de fevereiro de 2020 a janeiro de 2021. Ressaltou que os dois índices totalizam 13% que serão acrescidos aos vencimentos de todos os funcionários públicos. Destacou que esta seria a mesma manifestação para o próximo projeto que trata do reajuste para a Casa Legislativa. Não havendo mais manifestações a sra. presidente informou que o referido projeto será levado a segunda discussão e votação na próxima sessão. A sra. presidente colocou em primeira discussão o Projeto de Lei nº 162 de 2022 – Autor: Executivo Municipal – Concede revisão geral anual referente aos períodos de fevereiro/2021 a janeiro/2022 e maio/2019 a janeiro/2020. O qual a sra. líder de governo já fez sua manifestação acima. Não havendo mais manifestações a sra. presidente informou que o referido projeto será levado a segunda discussão e votação na próxima sessão. A sra. presidente colocou em primeira discussão Projeto de Lei Legislativo nº 042 de 2022 – Autor: Darlan Andre Guliani – Altera a redação e revoga parágrafo do Art. 16 da Lei Municipal 3.326/2014. Com a palavra o autor. Declarou que a causa animal é uma

questão de publica, a qual não vem tendo sua devida atenção e assim acaba sobrecarregando as ONGS e voluntários que atuam na causa. Relatou que quando acontece maus tratos aos animais, sempre são chamadas as ONGS ou os voluntários, onde esses levam o animal para uma clínica veterinária e acabam arcando com os valores. Sendo assim a alteração vem com o intuito de que a pessoa que fez os maus tratos seja encarregada dos valores do seu tratamento. Informou que o projeto irá para segunda discussão e solicitou pela aprovação. Não havendo mais manifestações a sra. presidente informou que o referido projeto será levado a segunda discussão e votação na próxima sessão. A sra. presidente colocou em primeira discussão – Projeto de Lei Legislativo nº 043 de 2022 – Autora: Carla Odete Hofmann – Denomina Clara Ferreira rua do município. Declarou que irá se manifestar na segunda discussão. Não havendo mais manifestações a sra. presidente informou que o referido projeto será levado a segunda discussão e votação na próxima sessão. **PALAVRA LIVRE.** Fez o uso da palavra o vereador **Darlan André Guliani**. Declarou que tem como "combinado" resolver os problemas que são possíveis, relembrou que fez comentários sobre a questão da saúde, desde a falta de médico a "avalanche" que sobrecarrega o hospital. Relatou que teve algumas reuniões em busca das soluções. Informou, que segundo o site da prefeitura, há 23 unidades de atendimento aos munícipes, sendo 12 unidades básicas de saúde e 11 são ESF (estratégia da saúde da família). Explicou que a ESFs são plano do governo federal, onde o médico tem a jornada de 40 horas no local, sem a possibilidade de redução, sendo este profissional concursado para o cargo, podendo atuar desde a pediatria ao idoso, possuindo um salário um pouco melhor, em comparação com os médicos das unidades básicas. Relembrou que houve 11 licitações para contratações de médicos, as quais nunca foram supridas. Destacou que há a necessidade 9 médicos, mas que apenas 3 concordaram em assumir. Explicou que quando há licitação para serviço médico, o tempo pode ser de 6 meses trabalho sendo possível a prorrogação para 2 anos. Disse entender que fica complicado para um médico mudar toda sua vida, ainda mais se tiver família, para trabalhar durante 6 meses na cidade, justificando dificuldade de ter médicos para suprir as vagas. Também comentou sobre o programa federal "Melhor em casa", o qual não há na cidade, mas que pelo número de munícipes poderia ter 2 equipes. Explicou que as equipes atuam na aplicação, em casa, de medicamentos intravenoso e realização de curativos, o qual ajudaria a desafogar as unidades e o hospital. Solicitou para o Executivo estudo para a aplicação do Melhor em casa na cidade, assim como na transformação das unidades para as ESFs. Destacou ainda, que deve haver as reforma das unidades/postos para aplicação das ESFs, como também a compra de terrenos com base de projetos, que se utilizem das emendas parlamentares para sua aplicação. Fez o uso da palavra o sr. vereador **Adriano Reinhardt**. Comentou sobre áudios que foram vazados durante a semana, disse ler "comentários bizarros" sobre as atuações dos vereadores e executivo. Relatou que não se pode deixar essa dissidência acontecer. Alegou estar envergonhado com o que vem ocorrendo no município, diante do questionamento da população e da imprensa, sobre as " falhas". Destacou que devem trabalhar pela cidade e fiscalizar. Relembrou que já

está ocorrendo um procedimento de investigação, onde o é presidente e que se sente honrado mas, ao mesmo tempo envergonhado, pela necessidade de ter que realizar uma investigação. Sobre a saúde, informou que esteve durante a tarde no hospital, onde acompanhou a movimentação e viu a dificuldade que este vem passando com as faltas de médicos, principalmente da pediatria. Relatou que conversou com o Diretor do hospital, sr. Oscar, também com secretária de saúde e com a diretora técnica, onde comentaram do contrato do município com o hospital. Destacou que deve haver fiscalização desses contratos pelos vereadores e pelos fiscais. Falou ser trabalho do vereador fiscalizar o executivo, fazer leis e escutar a necessidade do povo. Fez o uso da palavra o sr. vereador **Jairson Sabino**. Comentou sobre a aprovação do projeto de lei em favor da AMUNESC. Destacou que enquanto ser pago a AMUNESC, não "vê" que o gestor fará mudanças para a melhoria da secretaria de Planejamento. Disse concordar com a palavra da Líder de governo, que no momento necessitam da AMUNESC, pois não há estrutura no município, porém ressaltou que nunca houve estrutura e que se continuar com o pagamento, não haverá no futuro também. Alegou que prefere que seja investido o valor na Secretaria de Planejamento, como também em outras Secretarias e profissionais. Enfatizou ser contrário ao pagamento da Amunesc. Comentou sobre o Plano 1000, que os "prefeitos foram todos pianinhos em fila para Florianópolis". Explicou que o programa diz ser R$1.000,00 por habitante, portanto para São Bento seriam destinado R$ 85 milhões, o que não ocorre, pois é uma parcela de R$17 milhões para esse ano e que será repassado 4 parcelas, de R$17 milhões, nos próximos 4 anos. Salientou que "agora que o governador busca a reeleição, a parcela vem, mas as outras 4, não sei". Destacou que valor não "é cavalo dado" e que o "dinheiro é nosso", resultado de um superavit na arrecadação. Ressaltou que o governador quer dizer onde deve ser gasto o valor, o que não concorda, pois o dinheiro "não é dele é de cada catarinense". Destacou que deve ser discutido em cada município onde deve ser usado o valor, sem o palpite do governador. Ressaltou que o município tem suas prioridades e apresentou imagens de ruas, como comentou a questão das tubulações e das entradas das águas das chuvas nas residências. Sobre as licitações dos ônibus, relatou cobrar na rádio, desde o último ano do governo do sr. Tureck, na legislatura do sr. Magno, como também cobrou do sr. Tomazini no ano passado e que continuará cobrando. Destacou que a licitação não sai e perguntou se "deverá ser pago para Amunesc também para que seja feita a licitação dos ônibus e funerárias". Fez o uso da palavra a vereadora **Carla Odete Hofmann**. Comentou sobre a saúde, que visitou dois postos de saúdes localizados no bairro Cruzeiro e percebeu que há pequenas necessidades que não estão sendo percebidas como a falta de agentes comunitários de saúde e também consultórios odontológicos. Relembrou que a Secretária de Saúde virá para explicações. Disse que não votou contrário a vinda da Secretária por respeito aos vereadores propositores, mas que acha que a resposta deve ser dada através de ações realizadas pela mesma, nos postos, atendimentos, diminuição das filas, o que não vem ocorrendo. Solicitou ao Executivo que viabilize que a saúde realmente aconteça no município, pois o cidadão já está cansado do "empurra empurra" de responsabilidade entre os postos e hospital, e

apenas quer ser atendido, o qual é seu direito. Solicitou a parte o vereador Darlan, o qual foi concedido. Comentou que no Plano Plurianual há previsão de concurso para Agente de Saúde no município. Novamente com a palavra a vereadora Carla Odete Hofmann. Destacou que deve ter investimento em todos profissionais da área da saúde para que a prestação no município deixe de ser precária, como vem sendo. Fez o uso da palavra o vereador **Hélio Alves.** Comentou sobre a denúncia 30 mil horas extras, irregulares, no setor de Obras, realizada pelo vereador Jairson Sabino, e que foi questionado visto que foi Secretário da pasta na gestão passada. Relatou que quando se fala em "irregular" gera dúvida. Enfatizou estar tranquilo sobre o questionamento, visto que quando assumiu a pasta diante da pandemia, teve que ficar 60 dias sem trabalhar, mas após houve uma ordem do Ministério Público para ser feito hora extra. Destacou que por esse motivo foram realizadas bastante atividades nos sábados, domingos e feriados, o que motivou as horas extras que foram denunciadas pelo vereador, que assumiu como secretário, Jairson Sabino. Solicitado a parte pelo vereador Jairson Sabino, o qual lhe foi concedido. Esclareceu que o Observatório Municipal solicitou cópias das folhas de pagamento diante de indícios de irregularidade enquanto era Secretário. Explicou que foram realizados relatórios que foram entregues ao Promotor e este decidirá se será dada continuidade. Com a palavra o vereador Hélio Alves. Agradeceu pelo esclarecimento e comentou não estar preocupado em ir responder ao Ministério Público pois não fez coisa errada. Comentou que realizará um Requerimento de informação sobre a Secretaria de Obras, no ano de 2020, em que foi Secretário, sobre os gastos e suas realizações. Destacou que também fará o requerimento sobre o ano de 2021. Fez o uso da palavra o vereador **Paulo Zwiefka.** Comentou sobre uma situação que ocorreu com uma habitante, sra. Denise Sluminsky, onde buscou atendimento no hospital para seu filho e não recebeu, tendo que ir atrás de atendimento particular. Reclamou sobre as reuniões da saúde que não resolvem nada. Destacou comentários , a exemplo da cidadã citada acima, que "chamam todos os vereadores de vagabundos" mas alegou entender, pois no momento da raiva uma mãe se revolta, ainda mais quando recebeu atendimento para seu filho. Alegou que os vereadores até tentam fazer algo, mas não recebem nenhum retorno. Solicitou a parte o vereador Adriano Reinhardt, que lhe foi concedido. Alegou que, perante a situação da saúde, acha que cabe aos vereadores recorrerem ao Ministério Público, já que nada se resolve. Com a palavra o vereador Paulo Zwiefka. Relatou que já tinha conhecimento sobre a questão das horas extras da Secretaria de Obras. Alegou que surgiu um boato, onde o Secretário solicitou a diretora e ao RH para verificar as folhas pontos dos anos anteriores. Destacou que esse não deveria ser o trabalho realizado por uma diretora e por uma funcionária concursada. Solicitou a parte o vereador Jairson Sabino, o qual lhe foi concedido. Reafirmou que foi solicitado pelo Observatório a entrega das cópias, onde a Diretora foi a procura desses documentos, em resposta ao ofício. Novamente com a palavra o vereador Paulo Zwiefka. Disse que acreditaria na versão do sr. Jairson, mas alegou que se os fatos ocorreram conforme o boato, este seria um dos motivos da saída do sr. Jairson da Secretaria, já que fez ações que não era de sua alçada, deixando assim, de fazer o seu trabalho. Relembrou que o

vereador Jairson sempre criticou a secretaria de Obras, mas que “agora viu que não é tão simples assim e se tivesse competência ainda estaria lá”. Enfatizou ainda, que o vereador contribuiu para a imagem ruim que a cidade tem atualmente, diante dos tumultos dentro da Secretaria já no inicio do trabalho. Fez o uso da palavra a vereadora **Terezinha M. Dybas.** Comentou que foram criadas expectativas sobre o retorno do sr. Jairson Sabino para a Câmara, onde lhe procuraram para saber como seria. Destacou que assim como ela, sabe que o vereador também busca uma melhor São Bento do Sul. Alegou que a atual gestão está fazendo tudo que é possível e que acredita que ninguém faz ou deixa de fazer algo de má-fé. Comentou que em conversa com o ex-prefeito sr. Magno falou que sabe ele fez o que poderia ter feito e quis fazer mais, assim como deseja que seja feito tudo que puder, para melhorar a cidade, agora. Destacou que pensa que sr. Jairson aturá em prol, mas que sabe que os dois possuem posicionamentos diferentes para algumas situações, mas que respeita. Alegou admirar a atuação do sr. Jairson por ser mais pró-ativa, visto que se considera mais conciliadora. Comentou que essas diferenças entres os vereadores agregam para a cidade. Falou sobre o plano 1.000 e a vinda de R$30 milhões para a cidade. Ressaltou que é um plano do governo que fornece R$1.000,00 por cada habitante das 50 maiores cidade do Estado, em 5 parcelas. Destacou que São Bento do Sul teria direito a R$17 milhões por ano. Mas enfatizou que neste ano “ está vindo R$ 30 milhões”. Concordou com a fala do sr. Jairson sobre que cada cidade deveria escolher onde gastar. Porém, enfatizou que as regras são do Estado e que devem ser gastas em grandes obras de infraestruturas e de para a saúde. Alegou que não podem “abrir mão” desses recurso por não poder escolher onde deve ser investido. Enfatizou que a participação da AMUNESC na criação desse projetos foi muito importante, o que não seria possível apenas com a Secretaria de Planejamento, neste momento e acredita que futuramente. Destacou que foram investidos R$300.000,00 para a melhoria da estrutura e equipamentos da Secretaria de Planejamento. Comentou que virá uma verba de R$3 milhões para a reforma da escola Osny Vasconcelos até abril desse ano. Destacou que com o valor que é gasto com a AMUNESC daria para a contratação de apenas 4/5 profissionais, o que não sabe se é suficiente, comentou ainda que a mesma possui profissionais de áreas específicas que não sabe se seria o caso de se ter *full time.* Discordou sobre a duplicidade perante a AMUNESC, visto que não tem uma equipe ociosa, alegou ainda que também não poderia então, terceirizar trabalhos. Não havendo mais nada a ser tratado, a senhora Presidente Carla Odete Hofmann agradeceu a presença de todos e convocou os vereadores para a próxima sessão extraordinária, que se realizará na sequencia e encerrou mandando lavrar a presente Ata. Sala das Sessões, 17 de fevereiro de 2022.

CARLA ODETE HOFMANN
Presidente

DARLAN ANDRÉ GULIANI
Vice-Presidente

PS/ps

ANGELO RONEI PESCHISKI
Segundo Secretário

ADRIANO REINHARDT

HÉLIO ALVES

JAIRSON SABINO

PAULO ZWIEFKA

LUIZ LINDECIR PESENTI

TEREZINHA MARIA DYBAS

ZULEICA MARIA VOLTOLINI

PS/ps